

31/01/2026



012

Acesse: www.apeoesp.org.br
imprensa@apeoesp.org.br

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CITE** e **CUT**

CER DA APEOESP REAFIRMA:

**CONTRA O
AUTORITARISMO,
VAI TER GREVE
EM 2026!**

Todas e todos à Praça da República dia 11 de fevereiro, 16 horas.

***Assembleia em 6 de março, 16 horas, na Avenida Paulista,
seguida de caminhada até a Praça da República e
ato unificado com funcionalismo e movimentos sociais.
É a horizontalização da APEOESP na prática***

Nenhum professor sem aula, nenhum estudante sem professor

Pela retirada da reforma administrativa da Educação da ALESP já!

***Vamos derrotar o projeto autoritário de
Tarcísio de Freitas nas ruas e nas urnas!***

Secretaria de Comunicação

Reunido no dia 31 de janeiro, o Conselho Estadual de Representantes (CER) da APEOESP definiu para 6 de março, às 16 horas, na avenida Paulista, em São Paulo, a primeira assembleia estadual da campanha salarial e educacional de 2026.

A assembleia, que deverá ser muito massiva e representativa de toda a nossa categoria, de todas as regiões do estado, será precedida de mobilizações, atos e assembleias regionais, caravanas de visitas às escolas e outras atividades. Após a assembleia, haverá ato unificado com demais setores do funcionalismo e movimentos sociais.

Ato dia 11 de fevereiro

No dia 11 de fevereiro, às 16 horas, estaremos em frente à SEDUC para exigir atribuição de aulas justa e nenhum professor sem aula, nenhum estudante sem professor,

Horizontalização amplia a luta

Concretiza-se, na prática, o projeto de horizontalização apresentado e defendido pela atual primeira presidenta da APEOESP e deputada estadual Professora Bebel e aprovado no XXVIII Congresso Estadual "Pepe Mujica" da APEOESP. Ele se ampliará, de forma mais organizada e institucional, com a reunião do Grito em Defesa da Educação e Serviços Públicos de Qualidade no Estado de São Paulo que se realizará no dia 27 de fevereiro.

Durante o CER, uma mesa ampla, com participação de representantes da CUT, CTB, Intersindical, AFUSE, APASE, SindSaúde-SP, SINTESP, MAB, MST, ULCM, Movimento de Moradia do Centro, UPES, UEE, UMES-SP. Frente Brasil Popular, Frente Povo sem Medo, que firmou uma parceria e compromisso com a luta unificada em defesa da Educação, dos serviços públicos, do funcionalismo e dos direitos dos trabalhadores e da população.

A horizontalização se concretiza na base com a implementação nas subsedes, em março, dos Comitês Populares, para os quais devem ser convidados entidades da educação, sindicais, estudantis, movimentos sociais (associações de bairro, comunitárias, movimentos de moradia,

de luta por saúde, de mulheres, LGBT, Educação popular, MST, MAB, MTST, todos os movimentos sociais e populares com representação na região, municipais e estaduais) - todos que possam somar na luta por Educação pública de qualidade e contra os ataques de Tarcísio. Tais comitês, articulados e mobilizados pela nossa entidade, devem realizar Assembleias Populares para organizar a luta comum e enraizar o movimento na população.

Intensificar visitas às escolas e mobilização da categoria

Antecedendo a nossa assembleia, realizaremos um grande ato em 11 de fevereiro, às 16 horas, em frente à SEDUC, na Praça da República para denunciar e cobrar a revogação das resoluções autoritárias e lutar pelo emprego e direitos dos professores.

Devemos intensificar e ampliar as visitas às escolas a partir de 2 de fevereiro e, especialmente, nos dias 18, 19 e 20, quando ocorre o planejamento escolar.

Também a partir de 2 de fevereiro, devemos eleger um Representante de Escola em cada período, em todas as escolas do estado de São Paulo. É essa base de representantes que fará acontecer a nossa mobilização e construirá nossas vitórias.

Queremos a aplicação do reajuste de 5,4% do piso salarial nacional no salário base, com repercussão em toda a carreira. Chega de abono complementar! Da mesma forma, queremos a aplicação correta da jornada do piso, composta em aulas e não em somatória de horas e minutos.

Da mesma forma, queremos que seja cumprida a lei do descongelamento do tempo de serviço da pandemia e que o governo Tarcísio pague os valores retroativos.

Atribuição de aulas ultrajante e inaceitável

O contexto em que se realizou o CER e que persiste neste início de ano é de enfrentamento contra o autoritarismo e a política de desmonte

do governo de Tarcísio de Freitas. A face mais evidente desta política é a desastrosa, injusta, excludente e bagunçada atribuição de aulas, que deixa milhares de professores efetivos e estáveis sem aulas (adidos) e outros milhares de professores da categoria O também sem aulas.

Esse cenário resulta de uma série de medidas, decretos, resoluções, portarias, entre elas: avaliação de desempenho, fechamento de classes no noturno, reorganização escolar, resolução 8, que deixa professores da categoria O sem aulas por 3 anos, redução de 35% das aulas nas áreas de humanas, e outras. São medidas inaceitáveis e nossa resposta precisa ser ampla forte, incisiva.

Contra essas medidas a APEOESP atua em todas as frentes: paralisações, atos, pressão direta sobre a SEDUC, ações judiciais. Neste processo, minimizamos alguns ataques e conseguimos conquistar a atribuição de aulas presencial, com fiscalização das subsedes nas regiões, quando o governo Tarcísio queria atribuição totalmente online. Mesmo assim, o sistema informatizado veio repleto de falhas, lentidão e até mesmo exclusões.

Construir a greve na base

Fizemos duas grandes manifestações em 17 de dezembro de 2025 e em 23 de janeiro de 2026. Em ambas, mais de 8 mil pessoas - não apenas professores; também demais profissionais da Educação, estudantes e outros segmentos e movimentos sociais. Entretanto, é preciso lutar e mobilizar ainda mais e a perspectiva é a greve!

Greve é decisão e realização coletiva. Ela se constrói desde as escolas e também se realiza na base. Por isso, o CER lança para a nossa categoria o amadurecimento do debate sobre a greve como o instrumento necessário para reverter as medidas do governo e obrigá-lo ao diálogo efetivo e resolutivo.

Retire a reforma administrativa da Educação, Tarcísio!

A intenção de Tarcísio de destruir e privatizar os serviços e políticas públicas - e assim destruir também os direitos do funcionalismo público

- está explícita no Projeto de Lei 1316/2025 enviado para a Assembleia Legislativa. Trata-se de uma reforma administrativa da Educação para legalizar os ataques de Tarcísio, ampliar a avaliação de desempenho, acabar com a estabilidade, punir, demitir, como já vem ocorrendo. Não pode haver dúvidas: a retirada deste projeto da ALESP é luta prioritária!

Educação inclusiva que atenda todas as necessidades dos estudantes atípicos e com deficiência, dos pais e mães e professores

Entre tantas frentes de luta, é necessário destacar o desmonte da Educação inclusiva por parte do governo Tarcísio. Um número ainda indeterminado de professores auxiliares - assegurados por liminares conquistadas pelas famílias na justiça - ficaram sem aulas e seus estudantes sem o apoio pedagógico. Além disso, professores auxiliares nas escolas PEI receberam apenas 20 horas aula, levando estudantes a serem assistidos por dois professores diferentes no mesmo dia letivo. Isso é absurdo. Um Informa Urgente sobre este assunto será publicado brevemente.

Para enfrentar esses ataques, realizaremos em data a ser definida uma manifestação de professores, pais, mães e estudantes atípicos e com deficiência no Palácio dos Bandeirantes.

Debate sobre conjuntura foi fundamental

A APEOESP agradece a participação como palestrantes no CER dos companheiros Gilmar Mauro, do MST, de Juliano Medeiros, do PSOL, e de João Pimenta, do PCO, que fizeram uma brilhante análise da conjuntura internacional, nacional e estadual. Essa análise e o debate que se seguiu foram fundamentais para subsidiar nosso sindicato para as grandes lutas e desafios de 2026.

A APEOESP defende a participação da continuidade das mobilizações contra a extrema-direita e a ofensiva do imperialismo.

Pesquisa sobre saúde dos professores e do funcionalismo

Reiteramos que, a partir de proposta feita pela deputada estadual e primeira presidenta da APEOESP em audiência pública realizada pelo seu mandato popular na ALESP, e em conjunto com outras entidades, a APEOESP está promovendo uma pesquisa sobre saúde e condições de trabalho do funcionalismo, conduzida pelo DIEESE.

Um grupo de professores(as), selecionados(as) aleatoriamente, recebeu o formulário da pesquisa via e-mail para responder. Reiteramos a importância desta pesquisa e apelamos aos que receberam o formulário para o respondam com a máxima urgência.

DATAS

2 a 6 de fevereiro – realizar mobilizações nas regiões (atos nas UREs e “faixaço”) em relação aos professores que ficaram sem aulas – campanha pela revogação das resoluções autoritárias (avaliação de desempenho e outras) e pela revogação da Resolução 8.

Será enviado release para a imprensa estadual, regional e local sobre esta mobilização.

8 de fevereiro a 4 de março – eleições de Representantes e reuniões de RE, assembleias regionais

11 de fevereiro - 16 horas - Ato na Praça da República.

Organizar comitês populares nas subsedes

18, 19, 20 de fevereiro – Planejamento - visitas concentradas às escolas – mobilizar a categoria e debater a greve na base.

27 de fevereiro - reunião do Grito por Educação e Serviços Públicos de Qualidade no Estado de São Paulo - definir assembleia unificada

6 de março - 16 horas - MASP - assembleia estadual - com caminhada até a Praça da República e ato unificado do funcionalismo

8 de março – mobilizar e participar das manifestações do Dia Internacional das Mulheres

20 de março – participar da mobilização do funcionalismo.

Março - por meio dos comitês formados nas subsedes, convocar assembleias populares

Data a definir – realizar manifestação de professores, pais, mães e estudantes atípicos e com deficiência no Palácio dos Bandeirantes.

Data a definir – realizar Encontro Estadual de Comitês Populares

Data a definir – Encontro Estadual de Representantes de Escolas

AÇÕES:

- ➔ Imediata campanha pela retirada da reforma administrativa da Educação da ALESP (PL 1316/2025) – carta aos deputados pela retirada do projeto -
Tarcísio, se não retirar o PL, estaremos em todos os lugares aonde você for.
- ➔ Carros de som nos bairros para campanha salarial e educacional 2026
- ➔ Publicar matéria paga na TV sobre ataques de Tarcísio e a greve
- ➔ Veicular anúncios em telões, metrô e meios semelhantes
- ➔ Enviar carta aos REs sobre a campanha e preparação da greve.
- ➔ Fazer material para a população sobre as privatizações, denunciando Tarcísio
- ➔ Campanha da APEOESP pelo cumprimento da lei do descongelamento
- ➔ Campanha pela correta aplicação do reajuste do piso no salário-base e na carreira
- ➔ Campanha pela correta aplicação da composição da jornada de trabalho da lei do piso. Estamos juntos com a classe trabalhadora pela redução da escala 6X1.
- ➔ Reivindicar jornada de 40 horas para os Professores Auxiliares em PEI, que estão com 20 horas – será enviado modelo de requerimento às subsedes